

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 88.188 - MG (2017/0201176-4)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : **BRUNO LUIZ CAMPOS LADEIRA**  
**ADVOGADOS** : **ARMANDO DUTRA NOGUEIRA - MG031378**  
: **LUCIANA MONTEIRO NOGUEIRA E OUTRO(S) - MG136355**  
**RECORRIDO** : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

### DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **BRUNO LUIZ CAMPOS LADEIRA** contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado por infração aos artigos 293, § 1º, I, e 297, na forma do art. 71, todos do Código Penal, em razão da apreensão de mercadorias de origem estrangeira desacompanhada de nota fiscal, no dia 13/11/2012.

Tal fato desencadeou a instauração da ação penal 0054189-81.2015.4.01.3800, em trâmite perante o Juízo Federal da 35ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais.

A defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, pleiteando o trancamento da ação penal ao argumento de que o acusado já respondeu pelos mesmos fatos na ação penal 51657-08.2013.4.01.3800, da mesma vara, na qual foi absolvido sumariamente.

A ordem foi denegada, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL PENAL, HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA NÃO VERIFICADA. ORDEM DENEGADA.

I - Não há "que se falar em litispendência, a princípio, porque as imputações são distintas. Se os fatos criminosos não estão totalmente englobados na primeira ação penal já sentenciada, não há que falar em litispendência e, por consequência, em trancamento da ação penal, por ausência de justa causa"(fl. 1071 - da manifestação ministerial).

II O trancamento de ação penal, na via estreita do *habeas corpus*, é medida excepcional e somente viável quando está claramente demonstrado, sem qualquer dúvida, a negativa de autoria, que o fato narrado não constitui crime ou no caso de faltar justa causa para a ação penal.

III - Ordem denegada." (e-STJ, fl. 1107).

Nas razões recursais, o recorrente renova a tese defensiva pelo trancamento da ação penal, aduzindo que há clara litispendência entre a presente ação penal atual 0054189-81.2015.4.01.3800 e a ação penal anterior 51657-08.2013.4.01.3800.

Sustenta que "...Os fatos criminosos, objetos da denuncia, estão totalmente englobados na primeira ação penal, já sentenciada, havendo assim justa causa para o trancamento da ação penal nº 54189-71.2015.4.01.3800 ..." (e-STJ, fl. 1121). Afirma que ambas as apreensões, apesar de ocorrerem em datas diferentes, fizeram parte da mesma "Operação Cacique".

Requer o provimento do recurso para que seja reconhecida a

# Superior Tribunal de Justiça

litispendência, determinando-se o trancamento da ação penal.

O Ministério Público Federal ofertou parecer pelo não provimento do recurso.

## **É o relatório.**

Decido.

De início, convém destacar que "a litispendência guarda relação com a ideia de que ninguém pode ser processado quando está pendente de julgamento um litígio com as mesmas partes (*eadem personae*), sobre os mesmos fatos (*eadem res*), e com a mesma pretensão (*eadem petendi*), que é expressa por antiga máxima latina, o *ne bis in idem*" (HC 229.650/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 8/3/2016, DJe 15/3/2016).

No caso, tal como destacado pelo Tribunal de origem, diversamente do alegado pela defesa, as denúncias tratam de fatos distintos.

Isso porque, apesar de ambos os processos terem sido originados no âmbito da denominada Operação Cacique, "... constatou-se que a ação penal nº 51657-08.2013.4.01.3800 cuidou de fato ocorrido em 06/05/2007, enquanto o inquérito policial em tela se refere à apreensão ocorrida em 13/11/2012." (e-STJ, fl. 1079).

Além das datas distantes entre as práticas delituosas, as duas ações penais não guardam identidade no valor das mercadorias apreendidas, registrando-se que "... o processo 51657-08.2013.4.01.3800 se refere, ao crime praticado no dia 08/05/2007, no Shopping Oi; por Bruno e André, de mercadorias no valor de R\$11.456,45 e R\$132,48 ... Enquanto que o processo 54189.81.2015.4.01.3800, se refere ao crime no dia 31/10/2012, no depósito do casal e no Shopping OI, por Bruno, de mercadorias no valor de R\$8.368,46 e R\$29.790,38." (e-STJ, fl. 1103).

Como exarou o Ministério Público Federal, em seu parecer na origem, "... não obstante coincidir a capitulação dos crimes e figurar, em ambos os processos, o paciente como réu, resta claro que se trata de ações penais com objetos distintos (fatos criminosos diversos), o que impediu o reconhecimento da litispendência no caso em apreço." (e-STJ, fl. 1095).

Dessa forma, sendo diversos os fatos apurados nas referidas ações penais, não se identifica o alegado *bis in idem* sustentado pela defesa, observando-se na verdade possível caso de habitualidade delitiva, a ser melhor averiguado pelo Juízo de 1º grau.

Nesse sentido, confirmam-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL E PROCESSUAL PENAL. EXPLORAÇÃO MINERÁRIA DESAUTORIZADA. CONCURSO FORMAL DE CRIMES. ART. 2º DA LEI 8.176/1991 E ART. 55 DA LEI 9.605/1998. REITERAÇÃO. HABITUALIDADE DELITIVA. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. NECESSIDADE DE REEXAME FÁTICO PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. O Tribunal local, considerando as circunstâncias e especificidades de cada caso, concluiu pela independência dos fatos delitivos, ainda que se refiram ao mesmo autor, aos mesmos tipos penais e consumadas em localidades próximas, afastando a tese de litispendência.

2. Sob argumentos jurídicos e com base nas provas disponíveis, entendeu que a hipótese é de habitualidade delitiva, e não de crime único e permanente.

# Superior Tribunal de Justiça

[...]

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 735.942/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 02/02/2016, grifou-se)"

"RECURSO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO CALICUTE. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA ENTRE AS AÇÕES PENAIS N. 0509503-57.2016.4.02.5101 E N. 0017513-21.2014.4.02.5101. INEXISTÊNCIA DE IDENTIDADE DE PEDIDO E CAUSAS DE PEDIR. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. AMPLA ANÁLISE DE PROVAS E FATOS. IMPOSSIBILIDADE.

[...]

2. O acórdão impugnado demonstra que, embora as imputações estejam inseridas no funcionamento da organização criminosa, não há identidade entre elas. Há distinção nos tipos penais apontados e nos fatos descritos, que assumem autonomia. O fato de os crimes terem, supostamente, sido cometidos dentro de uma mesma organização criminosa evidencia apenas a existência de conexão entre as condutas, não se podendo extrair dos elementos dos autos a ocorrência de imputação da mesma conduta delitiva, mais de uma vez, acerca dos mesmos fatos.

[...~]

4. Recurso em habeas corpus improvido. (RHC 90.071/RJ, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 27/04/2018, grifou-se)"

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DEVER DA PARTE DE COMPROVAR O CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AÇÃO CONSTITUCIONAL DE RITO CÉLERE E DESTITUÍDO DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INSTRUÇÃO POSTERIOR. PRINCÍPIO DA CELERIDADE PROCESSUAL. LITISPENDÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO POR CRIMES DISTINTOS. AGRAVO PROVIDO. ORDEM NÃO CONHECIDA.

[...]

3. No caso, a litispendência não restou configurada, porquanto a causa de pedir versada na Ação Penal em curso na Comarca de Araguaína diverge daquele outro da Comarca de Alvorada, porquanto naquele os fatos se deram em período distintos, envolvendo 13 pessoas em torno do crime de associação ao tráfico de drogas, enquanto que neste, o paciente e outro corréu foram condenados pelo crime de tráfico ilícito.

4. Agravo regimental provido. Habeas corpus não conhecido. (AgRg no HC 399.044/TO, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017, grifou-se)"

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONTRABANDO DE CIGARROS. TRANCAMENTO. BIS IN IDEM. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE INEQUÍVOCA ENTRE OS FATOS DESCRITOS NAS

# Superior Tribunal de Justiça

DENÚNCIAS. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. REVOLVIMENTO DE MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO INVIÁVEL NA PRESENTE VIA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

[...]

**III - Na hipótese, contudo, não se verifica, de plano, a identidade dos fatos a fim de se reconhecer eventual litispendência entre as ações, uma vez que, do cotejo entre as denúncias ofertadas nas ações penais sob exame, não se pode concluir, inequivocamente, que exista identidade entre as causas de pedir e o pedido.**

[...]

V - Para alcançar conclusão inversa da externada pelo acórdão hostilizado, que deixou de reconhecer a litispendência entre as ações penais, seria necessário o exame aprofundado de provas, inviável na via eleita.

Recurso ordinário não provido.

(RHC 77.663/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 25/10/2017, grifou-se)

Por fim, cumpre salientar que, para superar o estabelecido no acórdão da Corte de origem, é indispensável o revolvimento do conteúdo fático-probatório, pois a análise acerca do *bis in idem* entre as ações penais exige metucioso exame sobre seus elementos (identidade de partes, dos fatos e da pretensão), de forma que, conclusão em sentido contrário ao registrado pela instância ordinária, demandaria o reexame de matéria fática, o que é vedado nos estreitos limites desta impugnativa do *habeas corpus*.

A propósito:

"PROCESSUAL PENAL E PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. LITISPENDÊNCIA NÃO VERIFICADA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO. INSUFICIÊNCIA À GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECURSO EM HABEAS CORPUS IMPROVIDO.

**1. A pretensão de reconhecimento da litispendência não se limita ao exame da imputação inicial, pois necessária a apuração da coincidência fática de atuação da organização criminosa, das diversas condutas e das dezenas de denunciados existentes nos dois processos, o que demanda reavaliação probatória e não cabe enfrentamento na via estreita do writ.**

[...]

4. Recurso em habeas corpus improvido." (RHC 100.303/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 07/03/2019, grifou-se).

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CONTRABANDO DE CIGARROS. TRANCAMENTO. BIS IN IDEM. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE INEQUÍVOCA ENTRE OS FATOS DESCRITOS NAS DENÚNCIAS. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. REVOLVIMENTO DE MATERIAL FÁTICO-PROBATÓRIO

# Superior Tribunal de Justiça

INVIÁVEL NA PRESENTE VIA. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.

[...]

IV - Não há, entre as aludidas denúncias, coincidência capaz de afirmar a configuração da litispendência. Cada denúncia se refere a organização criminosa, em tese, distinta, pois não há identidade quanto aos seus integrantes, nem há exata coincidência quanto ao período em que os fatos foram praticados. Ademais, em cada uma delas o envolvimento do recorrente nas organizações criminosas é narrado de forma diversa: ora ele é acusado de utilizar estrutura providenciada pelo corrêu; ora é apontado como líder da organização; e em outra ação é tido apenas como integrante do grupo criminoso.

V - **Para alcançar conclusão inversa da externada pelo acórdão hostilizado, que deixou de reconhecer a litispendência entre as ações penais, seria necessário o exame aprofundado de provas, inviável na via eleita.** Recurso ordinário não provido." (RHC 77.663/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 25/10/2017, grifou-se).

Desse modo, não se verifica ilegalidade apta a justificar a intervenção desta Corte.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Sem recurso, arquivem-se os autos.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator